

Catástrofe, descoberta, intervenção ou o monumento como evento*

Catastrophe, discovery, intervention or monument as event

Enviado em: 06/03/2019

Aceito em: 01/07/2019

Daniel Fabre¹

Resumo:

Este artigo é uma tradução do texto de Daniel Fabre proveniente da conferência proferida durante a *International School in Archaeology* em Certosa di Pontignano, Siena no ano de 2001. Através da análise de três casos distintos, envolvendo monumentos franceses, Fabre analisa o papel das emoções na constituição de vínculos coletivos com estes bens culturais. Os casos extraordinários que envolvem eventos de catástrofe, de descoberta e de intervenção, revelam também mudanças contemporâneas nas relações sociais em torno do patrimônio cultural. Nesse texto Fabre apresenta alguns dos princípios que seriam aprofundados nos anos seguintes, por ele e pelos demais pesquisadores do *Laboratoire d'anthropologie et d'histoire de l'institution de la culture – LAHIC*, em torno da noção de “emoções patrimoniais”.

Palavras-chave: monumentos; catástrofe; descoberta; intervenção; emoções.

* Original: FABRE, Daniel. Catastrophe, scoperta, intervento o il monumento come evento. In: RICCI, Andreina (org.). *Archeologia e Urbanistica*. Firenze: Edizione All'Insegna del Giglio, 2002. p. 19-27. A tradução foi realizada por Jerson Fontana, revisada por Diego Finder Machado e Maria Leticia Mazzucchi Ferreira

¹ Foi Diretor de Estudos na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales- EHESS (Paris), desde 1989, co-fundador, com Jean Guilaine, do Centro de Antropologia das Sociedades rurais, laboratório da EHESS, fundador e diretor (até sua morte) do LAHIC e co-fundador do Instituto Interdisciplinar de Antropologia do Contemporâneo- IIAC-CNRS, tendo atuado como professor convidado em universidades italianas desde 1998.

Abstract:

This article is a translation of the text written by Daniel Fabre from the talk given at the International School in Archeology at Certosa di Pontignano, Siena, in 2001. Through the analysis of three distinct cases regarding French monuments, Fabre analyzes the role of emotions in the constitution of collective bonds with these monuments. Extraordinary cases involving events of catastrophe, discovery and interventional so reveal contemporary changes in social relations around cultural heritage. In this text Fabre presents some of the principles that would be deepened in the following years by him and the other researchers of the *Laboratoire d'anthropologie et d'histoire de l'institution de la culture - LAHIC*, around the notion of "patrimonial emotions".

Keywords: monuments; catastrophe; discovery; intervention; emotions.

A minha conferência, a qual penso ser complementar àquela de Marcello Massenzio², se dá sobre o terreno etnográfico das situações nas quais se manifesta a criação da cultura, e que me parece ser uma criação contínua. Meu título traz uma antítese em seu interior – monumento/evento – e é precisamente este paradoxo que gostaria de esclarecer. Proponho a vocês, portanto, três histórias de monumentos da França do final do século, três histórias que me parecem ser capazes de fazer refletir sobre um fenômeno que me interessa muito, isto é, a recuperação coletiva da monumentalidade, em ocasiões muito particulares que chamarei de “emoções patrimoniais”, restituindo à palavra “emoção” o sentido, um pouco esquecido no francês atual (que se dizia no século XVIII), de movimento coletivo, inesperado e intenso. Uma *emoção* deste tipo não se pode explicar imediatamente, é uma espécie de enigma para a ordem da sociedade. Em outras palavras, interessa-me aqui a conversão inesperada do monumento em um evento ou, para enfatizar o paradoxo, da

² O autor faz referência à conferência “Lospazio e i segni della cultura”, proferida pelo historiador Marcello Massenzio durante o mesmo evento.

história imóvel e fria que o monumento encarna à história fluida e quente que renasce desse encontro. Para mim, nestas ocasiões se revela algo da posição ambígua que a monumentalidade ocupa nas nossas sociedades urbanas atuais. Robert Musil, o grande romancista vienense do início do século XX, em sua *Obra póstuma publicada em vida*, escreveu um breve texto sobre como esquecer uma coisa, uma pessoa, um evento: tornando-os um monumento. Paradoxalmente, segundo Musil, os monumentos são máquinas para criar o esquecimento. Presentes sob o olhar, mais do que qualquer outra edificação, são frequentemente tornados invisíveis por esse excesso de presença. Se partimos deste raciocínio, a questão se coloca, portanto, nos seguintes termos: como reestabelecer o vínculo com o monumento? E penso aqui, sobretudo, no monumento dito “histórico”, no monumento como edificação notável. A pergunta não é retórica, é uma pergunta obsessiva do urbanismo contemporâneo, e as respostas, na prática, são poucas. Levo em consideração três possibilidades: restituir ao monumento uma função cotidiana ou, inversamente, isolá-lo na sua diferença de objeto consagrado a ser visitado e admirado, ou, ainda, e esta é uma terceira via, propor uma alternância de usos que mergulham o monumento em um tempo ritmado, quase ritual, ao modo das igrejas, e pode-se também optar por combinações dessas soluções. Mas as emoções patrimoniais que me interessam hoje são de uma origem e de uma natureza completamente diferente; nestas circunstâncias, muda subitamente a relação coletiva e pessoal com o edifício, e restitui-se a eles uma espécie de estranheza, uma estranheza para ver, para entender, para domesticar. Os contextos da emoção não são nada uniformes e as três histórias que contarei dão o esboço de uma categorização, de uma tipologia. A primeira ilustra os efeitos sociais da *catástrofe* que faz nascer um sentimento coletivo de fim do mundo; a segunda, ao contrário, nasce da *descoberta daquilo que é ignorado* e, portanto, da surpresa de uma revelação do passado; a terceira parece uma *reação*, e aqui a palavra “reação” deve ser compreendida em seu sentido quase político, uma reação frente à intervenção que modifica, por vezes muito pouco, mas que modifica o monumento que é familiar. Começo com estas três histórias.

Sobre a catástrofe

Serei muito breve na primeira porque é o modelo das grandes emoções patrimoniais a partir do início do século XX: a destruição brutal de um bem entendido como cultural o institui como “bem comum” e, portanto, como bem perdido e ameaçado.

Na noite entre 4 e 5 de fevereiro de 1994, após manifestações violentas de pescadores, explode em Rennes o incêndio do maior edifício histórico da cidade, o Parlamento da Bretanha, usado desde a Revolução Francesa como o Palácio da Justiça, *Palais de Justice*. Em três horas as chamas destroem a totalidade da estrutura de madeira e o teto cai. As equipes de resgate se organizam imediatamente, não só para apagar o fogo, mas também para salvar as obras de arte e os tetos pintados nos quartos do andar nobre. A colaboração noturna dos bombeiros e arquitetos dos monumentos históricos são parte da narrativa épica da luta, além da intervenção imediata dos especialistas da restauração que colavam as pinturas sobre as telas depositadas no chão quase na praça em frente ao monumento em chamas. A potência do fogo e o ruído das sirenes lançam as pessoas nas ruas. A multidão se aglomera em frente ao incêndio de grandes proporções e chora, chora compulsivamente diante do desastre. Os dois sociólogos que estudaram o caso notaram que não havia absolutamente nenhuma divisão territorial da emoção, que não era difundida como uma onda do centro para a periferia da cidade; de fato, quase imediatamente, os habitantes correm em direção ao fogo, todos os bairros se fazem presentes, mesmo aqueles periféricos, em um momento muitíssimo excepcional de consciência coletiva, momento realmente durkheimiano no qual a coletividade se reafirma enquanto tal, e Durkheim define “sagrado” o momento no qual a sociedade moderna se torna a sua própria transcendência.

Não vou relatar a história dos cinco anos seguintes, recordo apenas três fatores úteis para a nossa reflexão. O primeiro: imediatamente círculos de solidariedade entram em ação, desde os altos escalões do Estado até a população local agrupada em uma associação que recolhe rapidamente doações privadas. Segundo fator: existe um consenso para não procurar uma responsabilidade pelo incêndio. Os cinco pescadores detidos na tarde da manifestação foram julgados sem relação com o incêndio. A imprensa de direita, sobretudo o jornal parisiense *Le Figaro*,

que tenta usar a catástrofe para uma campanha contra os manifestantes, opondo manifestações sociais e patrimônio, falha, não conseguindo adeptos para esta análise. Terceiro fator: é vontade comum refazer, reconstruir o Parlamento idêntico, como se nada tivesse acontecido nesta noite entre 4 e 5 de fevereiro, e assim será feito, pelo menos para o aspecto externo e para as salas de uso público.

Sobre a descoberta

Voltarei mais tarde aos elementos-chave do discurso das emoções e passo agora para a segunda história. Estamos em Carcassonne, a célebre cidade medieval no sul da França, não na fortaleza bem conhecida, mas na cidade baixa, que se estende na planície ao longo do rio. Aqui, no final de 1991 nasce um movimento coletivo bastante estranho. Esta cidade é uma *bastide*, ou seja, uma cidade fundada pelo Rei Luís IX com uma planta muito regular, com as ruas em ângulos retos etc. Originalmente nestas cidades há uma única praça, situada ao centro, que é a praça do mercado. Os edifícios públicos de uso civil não possuem espaço aberto em frente à sua entrada, as igrejas não possuem um adro. Desde os anos 1970 o município de Carcassonne compra casas antigas, arruinadas, para iluminar com pequenos espaços abertos a estrutura muito apertada do plano medieval e, em 1991, em frente à igreja de Saint Vincent, uma igreja gótica fortificada do século XIV, um conjunto de casas foi destruído e o espaço liberado foi vendido para uma empresa imobiliária para construir um pequeno prédio com apartamentos para alugar a preços modestos, em francês dizemos HLM, “*habitations à loyer modéré*”. O lugar, ou melhor, este *vazio*, imediatamente se torna um local de passeio para toda a população e isso por uma única razão: a fachada da igreja não era visível antes por falta de recuo, agora se pode vê-la na sua impressionante altura, nascendo assim a ideia de conferir a S. Vincent o adro que jamais teve. O pároco assume a liderança do movimento, solicita ao prefeito para não assinar a venda e parar imediatamente as obras. A luta não é pelo monumento em si (monumento que realmente carecia de cuidados, mas não é esse o problema), mas para a vista de uma igreja que, repentinamente, torna-se monumento, tendo sido revelada enquanto tal, quase que por acaso. Aqui não é um fim catastrófico que provoca a emoção, mas a evidência do nascimento de algo

grandioso e inesperado. Isto é muito semelhante a outros acontecimentos deste gênero que observei que são as descobertas arqueológicas inesperadas. Assim, com uma extraordinária emoção, assisti a descoberta de um pedaço da Rua Domicia, em Narbonne, que deu origem a um movimento coletivo do mesmo tipo. Mas voltemos à Carcassonne. O prefeito se recusa a bloquear a venda. O pároco faz uma greve de fome que durará treze dias; os militantes pelo monumento bloqueiam a construção acenando com uma cruz em frente aos equipamentos, organizam uma manifestação importante sob a forma de procissão silenciosa com velas; conferências de estudiosos ilustram o valor artístico e histórico da igreja redescoberta. Depois de um longo mês de luta, sem o apoio da hierarquia eclesiástica, bem como dos serviços culturais do Estado, a construção é retomada. Mas um espaço, cercado e fechado por um grande portão, será deixado livre em frente à Igreja. Aqui, faço imediatamente dois comentários. O primeiro: neste caso, é a luta de ambas as partes – as autoridades locais, de um lado, e o movimento coletivo pela emoção, do outro – que dá forma ao movimento. Esta dualidade recupera outros dualismos constitutivos do espaço social cidadão; por exemplo, todos os partidos de esquerda estão ao lado do pároco e, portanto, em prol da igreja restituída ao olhar. Mas, ao mesmo tempo, a emoção patrimonial recorta a paisagem sociopolítica, por exemplo, um importante apoiador do pároco é um ex-conselheiro comunista que está em primeiro plano na luta. Deve-se, portanto, considerar esta ideia de dualismos que dão forma às emoções e propõem uma contraposição entre duas escolhas, mas este debate patrimonial recompõe, na realidade, os diversos dualismos sociais e políticos que atravessam e organizam esta realidade social, como todas as realidades sociais. Segunda reflexão: à primeira vista, o objetivo da luta não é atingido, o edifício será construído; mas, na realidade, toda a percepção da política urbana da cidade baixa de Carcassonne mudará. A partir de agora, ela é chamada de “*bastide*”, uma palavra verdadeiramente nova, enquanto antes se dizia “*ville basse*”, expressão que tinha também um sentido um pouco depreciativo, e esta parte da cidade retoma oficialmente um valor histórico que era, até então, reservado à famosíssima fortaleza. É possível, portanto, compreender esta emoção patrimonial excepcional, neste lugar, como uma verdadeira virada na lógica da monumentalização.

Estas duas histórias, a do incêndio do Parlamento da Bretanha e a da igreja de S. Vincent de Carcassonne, nos colocam diante de uma ruptura no modo de ser no tempo; apocalíptico em Rennes ou inaugural em Carcassonne, o evento é como uma ruptura no tecido temporal, ruptura que o monumento realiza porque é destruído ou, ao contrário, revelado.

Sobre a intervenção

A terceira categoria de emoções postas em movimento não é um evento deste tipo, mas, ao contrário, mostra a relação desigual com a possibilidade de jogar com o tempo, possibilidade em que o monumento se oferece como campo de exercício ideal. Estamos em Toulouse, sempre no sul da França, nos anos 1989-1990³. Há dez anos, a igreja da abadia de Saint-Sernin, uma obra de arte românica, está em restauro. São trabalhos de limpeza que buscam restituir um estado primitivo ideal, ou seja, deixar ver opções arquitetônicas e decorativas essenciais, sobretudo as alternâncias sutis de pedra branca e tijolos vermelhos. Sob o telhado que cobre a longa nave da igreja, Eugène Viollet-Le-Duc, o grande arquiteto e teórico do restauro radical do século XIX e responsável pelo primeiro restauro de Saint-Sernin, havia deixado aberturas para a entrada de luz, aberturas que são chamados *mirandes* no léxico arquitetônico local. Enquanto as *mirandes* de Viollet-Le-Duc eram em forma de losango, o arquiteto atual restauro toma a decisão de refazê-las em forma de arco românico; decide *dérestaurer*, “desrestaurar” para restabelecer Saint-Sernin, ou seja, destruir a obra dos anos 1860 para retornar a um estado hipoteticamente mais primitivo do edifício. Decisão que permanece na lógica doutrinária de Viollet-Le-Duc e é em fidelidade à Viollet-Le-Duc que se faz destruir a obra de Viollet-Le-Duc. Na França, este tema da *dérestauration* está presente nos círculos de proteção de monumentos históricos dos anos sessenta. Existe, de fato, um debate mais limitado ao círculo de especialistas, que nunca suscitou o menor interesse por parte do público. Em 1990, em Toulouse, irrompe o “*affaire des mirandes*”, as discussões clamorosas sobre as *mirandes*, isto é, um

³Agradeço Berenice Waty que me deu a oportunidade de ler o seu trabalho sobre o tema.

debate local e, depois, nacional, de uma amplitude realmente inesperada: igreja ocupada, batalha dos peritos, petições assinadas por 17.000 pessoas locais, mas também de outros lugares da França e do mundo. “Salvar Saint-Sernin” se torna uma palavra de ordem. Até ali a luta esconde parcialmente uma divisão fundamental na França, entre o centro político de Paris e a “província” (isto é, o resto da França), mas logo a oposição é personalizada: o Prefeito de Toulouse, Pierre Baudis, de um lado, e o Ministro da Cultura, Jack Lang de outro. Depois de uma longa batalha na mídia, o segundo, Jack Lang, decide sustentar a escolha pela *dérestauration* e a obra segue esta orientação. Faz-se necessário aqui duas notas para sublinhar a especificidade deste caso de grande importância para a duração e a intensidade do confronto. Primeiro ponto: mais do que o fato em si, as *mirandes* de Saint-Sernin, fato que parece mesmo pequeno, o que está em jogo é o próprio processo da decisão cultural. Quem tem legitimidade para decidir em qual momento arquitetônico e histórico um monumento deve ser situado? Mudar de posição entre Viollet-Le-Duc e Yves Boisset, o arquiteto atual, é uma certa qualidade científica, mas é uma qualidade que desacredita completamente a autoridade que opta por se autocriticar. Por que mudar, se não se sabe em realidade quais eram as *mirandes* do século XIII? Segundo ponto: este debate é, contextualmente, altamente político porque coloca em contradição todo o discurso dominante sobre a descentralização do Estado na França. Nesse contexto administrativo, existe descentralização do Estado, mas é possível uma descentralização da gestão da memória e das suas representações? Não, responde claramente o “*affaire des mirandes*”, a verdade sobre os monumentos na França é sempre nacional. E o Ministro Jack Lang, conhecido pela sua capacidade de perceber e dar espaço às expectativas coletivas, retoma apenas as regras de sua administração, regras que reservam ao centro político a proteção dos grandes monumentos.

Rumo a uma lógica das “emoções patrimoniais”

Depois de um fim apocalíptico, aquele do Parlamento de Rennes, uma aparição surpreendente, aquele da igreja de Saint Vincent de Carcassonne, há

também um debate aberto sobre a verdade histórica, *les mirandes* de Saint-Sernin; todas são ocasiões de fortes emoções patrimoniais. Diferentes em sua origem, assemelham-se pela forma e, sobretudo, pela paixão que manifesta a extrema sensibilidade coletiva em relação ao monumento como presença do passado. Sempre lamentamos o fato de que as pessoas são indiferentes a tudo isto, que é uma obra de arquitetos, de urbanistas, mas não é assim, não é absolutamente assim. Existem momentos e existem atos muito específicos que de fato possuem este poder de colocar em movimento emoções que não se consegue canalizar, e podemos então agora tentar precisar um pouco melhor quais valores e quais processos simbólicos e sociais entram em jogo nestes casos.

O fato central, recorrente e que merece uma reflexão mais aprofundada parece-me que pode ser resumido numa frase bastante curta. Todos os protagonistas destes episódios dizem e pensam: “o passado nos pertence”, o passado e seus vestígios são bens comuns, digo *o passado* e não a história, e talvez nem mesmo a memória. Estou aqui plenamente de acordo com a intuição decisiva de Alois Riegl sobre a modernidade do culto ao passado enquanto tal. Ele escreve isso no livro *O culto moderno dos monumentos*, uma obra vienense que se aproxima de Musil, e também de Freud e Wittgenstein, ou seja, a este pensamento sobre o tempo que nasce na Viena do final do Império Austro-húngaro e que usa a metáfora arqueológica para compreender o desenvolvimento da história e da mente, da individualidade e do inconsciente. Portanto, Riegl identificou um fato realmente importante: a partilha de um sentimento de passado enquanto passado, o nascimento de um valor de coisas e de lugares que são percebidos como presenças do passado em nosso presente, na nossa atualidade. Riegl diz ainda que este fato não é uma invenção da segunda metade do século XIX, mas a novidade está na democratização desse sentimento que ultrapassa todas as divisões entre especialistas e não especialistas, conhecedores e não conhecedores. O passado é o tempo, ou melhor, a temporalidade na sua essência sem cronologia, sem o encadeamento dos acontecimentos. Como se sabe, na nossa cultura a Idade Média sempre desempenhou o papel de passado em estado puro, que dá a cada um a emoção do contato com a alteridade de um tempo sem história. Esse passado, fonte de uma emoção muito específica, está sempre ameaçado; esta

ameaça impõe a urgência da ação e dá nova vida ao valor, que se revela sempre no fato de que se deve levantar-se para defendê-lo. Este passado-valor pode ser destruído pelos homens, pelos distúrbios naturais, pela infelicidade do acaso, pode ser suprimido por interesses econômicos, por investimentos em construções, pelas obras públicas, pela especulação turística e pelos interesses do poder, mas este passado pode ser também deformado, transformado por uma *elite* que o gerencia ao seu modo, ou seja, antidemocraticamente. As palavras de ordem são de uma clara simplicidade: “restituir, como uma cópia perfeita, aquilo que foi destruído” é a primeira; a segunda, “oferecer à participação espontânea aquilo que foi descoberto”; a terceira é “não tocar naquilo que existe como petrificação do passado”. *Não se toca o nosso passado*, transposição de uma frase célebre na França, nos anos 1980 que foi “*Touche pas à mon pote*”, não toque no meu amigo. O meu amigo era um imigrante, e esta frase foi escrita sobre o desenho de uma mão. Este *slogan* foi retomado para grande quantidade de coisas, e também em Toulouse para Saint-Sernin: “*Touche pas à Saint-Sernin*”. Um passado que se torna nosso, que é percebido enquanto bem comum, no momento breve e raro em que uma comunidade se constitui para reencontrá-lo, defendê-lo, intacto em sua beleza comovente, em sua força de coisa fora do tempo.

Esta relação moderna com o passado, que se exprime com tanta evidência apenas na crise do seu desaparecimento, da sua anulação ou da sua perversão, possui dois repertórios retóricos que são usados nos debates em diversas partes, de um modo muito pragmático. Um primeiro conjunto retórico, ou seja, de argumentos eficazes, justifica todas as perguntas em nome da familiaridade, o passado como valor absoluto se apoia na experiência das memórias comuns, da “pátria cultural” compartilhada. *Recordações comuns*, e isso me traz à mente o belo livro de Georges Pérec intitulado *Je Me Souviens* (Eu me lembro), onde, na realidade, não estão enumeradas recordações pessoais, mas as recordações comuns, recordações de uma geração, recordações de um momento da história, “coisas comuns”, portanto, como dizia Pérec, compartilhadas por um tempo e por uma sociedade. Por exemplo, *Saint-Sernin*, em Toulouse, não é apenas uma imagem e um monumento histórico nacional, mas um lugar de passeios dominicais para ir ao *marché aux puces* (mercado de pulgas). Por isso, tocar *Saint-Sernin* é tocar uma maneira de viver e de recordar o

campanário de S. Sernin, ponto de referência central no espaço da cidade de Toulouse. O monumento não deve mudar porque é algo comum a todos. O outro repertório retórico, em parte contraditório, é aquele da *autenticidade*, ou seja, da verdade sem a máscara do passado como passado, verdade estabelecida apenas em uma espécie de decisão coletiva que a cria e a justifica. A controvérsia não pode ser científica e racional: estamos ao nível do fundamento, que permanece indiscutível, onde o argumento último da familiaridade e da autenticidade é por essência identitário, isto é, nossa voz, que emana não tanto da história, mas da própria crise.

Enfim, estes debates talvez sejam hoje aqueles nos quais é possível experimentar e também discutir e contestar, de modo teatral, sobre o poder de decisão em uma sociedade democrática. Benjamin Constant, grande romancista do início do século XIX e também grande pensador político da democracia, notava que o problema do poder em uma democracia é que ele deve, ao mesmo tempo, elevar-se de baixo, dos cidadãos, e descer do alto, dos governantes. Esta é a contradição central da democracia e a comprovamos a cada dia. Mas, talvez ela se exponha em sua nudez e em um cenário que não parece imediatamente vital, a propósito da gestão do passado. O debate nasce de uma pergunta: qual é a transcendência que fundamenta o valor de um objeto monumental? Era, em um primeiro momento na França, a nação. A lista de monumentos históricos dos anos 1830, é uma criação central e, portanto, um dos atos que dá corporeidade à unidade do povo no interior da nação, unidade que não é mais encarnada pelo rei e pela sua dinastia, mas que se realiza em muitas coisas e, entre estas coisas, pelos monumentos. Unidade, portanto, que foi transferida para a história entendida como um conjunto de mitos, objetos, ritos que colocam o povo em relação com as origens da coletividade. Esta transcendência política, esta sacralidade particular hoje não se impõe mais, mas recria, talvez, uma outra transcendência, ou seja, uma referência indiscutível: a comunidade ativa – não histórica, étnica ou tradicional –, aquela provisória que nasce de uma ação que estabelece uma ligação amplamente arbitrária entre um grupo e uma parte sensível de seu passado. É na febre repentina de uma ação que não se pode institucionalizar que se manifesta um “ir além” (transcender a) da sociedade dos indivíduos. Então o monumento, que é por definição um objeto estranho, portador de uma alteridade múltipla – histórica, formal,

estética e também política –, é recuperado tomando o sentido no *hic et nunc* (aqui e agora) cultural. Estas histórias de emoções culturais são, portanto, histórias de uma reconquista de um sentido coletivo, são reinvenções de uma autoctonia moderna que é decididamente uma autoctonia nunca fixada, errante, eclipsar, uma autoctonia a ser remodelada sempre.

Referências

BENSA, Alban; FABRE, Daniel. **Une histoire à soi: figurations du passé et localités**. Les Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2001.

FABRE, Daniel (org). **Domestiquer l'histoire: ethnologie des monuments historiques**. Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2000.

SAUVAGE, André; DARTIGUENAVE, Jean-Yves. **L'incendie du Parlement de Bretagne: la genèse et l'écho d'une catastrophe**. Editions Apogée, 1999.

WATY, Bérénice. **L'affaire des mirandes. Les conflits autour de la dérestauration de Saint Sernin**. Rapport dactylographié, Ministère de la Culture et de la Communication, Paris – Mission du Patrimoine Ethnologique – DRAC Midi-Pyrénées, 2000.